

## INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES NO DEBATE DA REAPRECIÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2011

22 de Dezembro de 2010

Exmo. Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Desde o primeiro momento que nos associámos à convocação deste plenário extraordinário. Fizemo-lo porque era urgente dar uma resposta política ao desgarrado ataque de que nossa Autonomia foi alvo, a propósito da criação de uma remuneração compensatória para os trabalhadores da administração pública regional.

Mal a medida consagrada no Orçamento que aqui aprovámos no mês passado caiu na atenção dos meios noticiosos nacionais pela voz de um comentador político ligado ao PSD, logo se levantou em torno desta questão um coro de tolices, absurdos e disparates, com estrondo amplificado pelo mau serviço dos que, tendo a missão de noticiar, têm sobretudo o papel de informar e de se informarem sobre o que noticiam.

Não foi infelizmente assim, na generalidade dos casos. E pudemos então ouvir, pelos canais de televisão e pelas páginas dos jornais, vinda dos mais diversos quadrantes políticos, inacreditáveis demonstrações de ignorância em relação à Autonomia dos Açores e aos seus limites constitucionais. E mesmo por parte de muitos que possuíam e ainda possuem elevadas responsabilidades políticas neste país.

De arrasto, com uma pré-campanha presidencial em curso, o candidato e actual Presidente, Aníbal Cavaco Silva não resistiu a tentar fazer, por um lado, “um bonito” eleitoral, mesmo demonstrando o seu analfabetismo político, sobre o qual tínhamos algumas dúvidas mas que agora se dissiparam e, por outro, o seu centralismo visceral, que as açorianas e açorianos conhecem muito bem.

O Presidente da República e candidato veio, assim, dizer que esta medida “viola um princípio de equidade”, passando tranquilamente por cima de todas as outras discriminações a que os açorianos estão sujeitos. Ignorando olímpicamente, aliás, o



que são os próprios fundamentos da Autonomia, que em abono da verdade e do bom rigor, nunca apreciou muito.

Mas pronto. As campanhas eleitorais raramente são boas conselheiras e a exigência permanente de conseguir diariamente “fabricar notícia” podem, provavelmente, explicar este mau momento do candidato Cavaco Silva. Dêmos isso de barato.

Agora, o que já não é compreensível nem explicável é que o Representante da República, que não se pode escudar nem na ignorância, nem na ânsia eleitoral, se coloque na infeliz posição de títere de outros interesses que não os dos Açores e de outras vontades que não a do seu Povo.

O que não é definitivamente aceitável é que se jogue, irresponsavelmente, com uma peça legislativa da importância de um orçamento regional, e se acuse o Povo Açoriano e os seus representantes da falta de uma solidariedade que, agora como no passado, têm bastamente demonstrado.

Se o senhor Representante da República tinha dúvidas sobre a conformidade constitucional do diploma, deveria tê-lo submetido à fiscalização do órgão próprio.

Não o fez.

E com isso, não só válida a inteira constitucionalidade das medidas que aprovámos, como deixa de poder invocar esta causa como fundamento da sua decisão.

Por isso rejeitamos os fundamentos e as motivações deste veto político e consideramos que esta actuação não é minimamente condicente com o que se espera de alguém que conhece profundamente a realidade regional e os seus constrangimentos.

O PCP Açores considera negativo que o Representante da República se tenha colocado na posição insustentável de mera correia de transmissão dos dislates centralistas, fragilizando com gravidade o cargo que ocupa.

Numa só palavra: lamentável!

Exmo. Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Para o PCP a questão é clara.

O problema não está na limitada abrangência da medida que aprovámos. O problema está mesmo no roubo aos trabalhadores levado a cabo pelo PS de José Sócrates e pelo PSD de Passos Coelho!

E, ao contrário de outros, sustentamos a mesma opinião nos Açores como na República. O que é verdadeiramente inconstitucional é o corte nos salários de quem trabalha, nos Açores, na Madeira ou no continente.

Esse é o verdadeiro problema!

Essa é a medida que urge inverter!

Apoiamos e apoiaremos, por isso, na República como na região, todas, mas mesmo todas as medidas que possam diminuir o efeito destes cortes.

Reconhecemos, naturalmente, o carácter parcelar e o efeito ténue da remuneração compensatória. Pensamos que era necessário ir mais longe.

E foi por isso que propusemos, e foi aprovado, o aumento da remuneração complementar.

E foi por isso que propusemos o aumento do Complemento Regional de Pensão para idosos para o valor de 60 euros mensais.

E é por isso que defendemos o aumento do Salário Mínimo Regional.

Defendemos e defenderemos tudo o que possa travar ou abrandar o caminho ruinoso em que PS e PSD querem continuar a afundar Portugal!

Exmo. Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,



É por todas estas razões que consideramos de uma importância vital que este Parlamento reconfirme esta medida. É a dignidade da Região e o próprio cerne da Autonomia que estão em causa.

Isso é para o PCP muito claro.

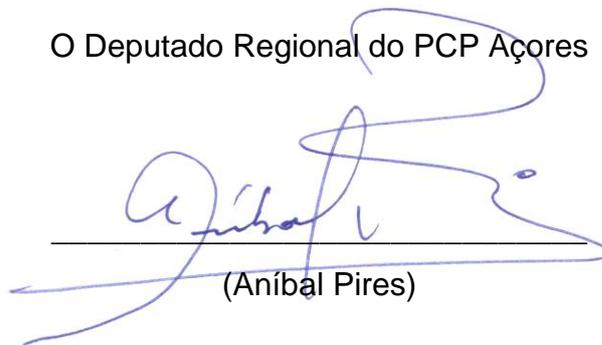
Tal não significa, nem pode significar, que pretendamos aqui ver politicamente reconfirmadas todas as opções que o Governo Regional quis consagrar neste orçamento.

Dissemo-lo antes e dizemo-lo agora, este não é o nosso orçamento, nem são estas as nossas opções. Orgulhamo-nos de ter contribuído para algumas soluções que achamos justas e positivas, mas não nos revemos no conjunto do documento aprovado. Que isso fique muito claro.

Mas podem as senhoras e os senhores deputados estar seguros que os votos do PCP não faltarão para garantir a reconfirmação da remuneração compensatória, confirmando hoje o Decreto devolvido a esta câmara por sua Excelência o Representante da República. Daremos assim a devida resposta aos que pretendem utilizar o pretexto da crise para atacar a Autonomia Constitucional.

Disse.

O Deputado Regional do PCP Açores



(Aníbal Pires)